

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.290 - RS (2019/0297332-8)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEISE CASPANI COLLET - RS051075
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : DOUGLAS WIEST (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Douglas Wiest**, em que se aponta como autoridade coatora a Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, por haver dado provimento ao Agravo de Execução Penal n. 70082130931 interposto pelo Ministério Público estadual e, assim, ter cassada a decisão do Juízo da Vara de Execuções Criminais da comarca de Caxias do Sul/RS que deferiu a remição de horas extras, à razão de 1 dia por cada 18 horas extraordinárias de trabalho, declarando remidos, ao total, 64 dias da pena (PEC n. 102717-4 - fls. 103/105). Eis a ementa (fl. 159):

REMIÇÃO. HORAS EXTRAS. TRABALHO SUPERIOR A 44 HORAS SEMANAIS. IMPOSSIBILIDADE. BENEFÍCIO CASSADO.

Como vem decidindo esta Câmara em situações similares a deste recurso, "Nos termos do parecer ministerial, a jornada máxima de labor foi estabelecida pela Carta Magna em conformidade com o princípio da dignidade da pessoa humana, pedra de toque de todo o sistema jurídico nacional. Na mesma trilha, a ampliação da zona de monitoramento, nos moldes estabelecidos pela decisão recorrida, acaba por prejudicar a eficaz fiscalização do cumprimento do benefício, desvirtuando o caráter cogente da pena corporal (Agravo 70080973662)".

Agravo ministerial provido.

Busca a impetrante a concessão de liminar a *fim de que seja determinada a suspensão da decisão do Tribunal a quo até o julgamento do mérito do presente writ* (fl. 8) e, ao final, *provido o writ, cassando-se a decisão proferida pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado/RS, a qual deixou de reconhecer a remição de pena proporcional às horas trabalhadas pelo paciente, infligindo-lhe situação*

Superior Tribunal de Justiça

manifestamente ilegal, de modo a manter a decisão que concedeu a remição ao réu, reconhecendo-se as horas extraordinárias de labor (fl. 8).

É o relatório.

Dúvidas não há sobre o caráter excepcional do deferimento de liminar em *habeas corpus*. Assim, há necessidade de se comprovar, de plano, patente ilegalidade a fim de se atender ao requerimento de urgência.

In casu, em um juízo de cognição sumária, o constrangimento não se mostra com a nitidez imprimida na inicial, estando a exigir um exame mais pormenorizado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá no momento oportuno pelo Colegiado.

Indefiro, portanto, a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade tida coatora e ao Juízo da Vara de Execuções Criminais competente sobre os fatos alegados na inicial, no prazo de 20 dias, e, com essas, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Após, devolvam-se os autos.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator